

A Origem dos Limites Relacionais e a Percepção Materna acerca da Participação do Bebê na Construção da Intersubjectividade na Relação Precoce.

João Justo & Jorge Carrulo

Resumo

Este artigo tem como objecto o fenómeno da intersubjectividade que ocorre na díade mãe-bebé. Além de se equacionar o conceito de intersubjectividade em articulação com o conceito de empatia, pretende-se explicar de que forma é que a intersubjectividade tem início. Nesse sentido, são abordadas as investigações que colocam a origem da relação mãe-bebé no contexto da vida pré-natal. Seguidamente, são abordadas as modernas teorias sobre a intersubjectividade inata e sobre as intersubjectividades primária e secundária. Nesta sequência, é apresentada uma proposta de avaliação acerca da percepção materna sobre a participação do bebé na construção da intersubjectividade mãe-bebé. São apresentados, também, alguns resultados de investigações em que a avaliação da percepção materna é articulada com diversas variáveis maternas. Finalmente, este artigo termina com uma breve discussão relativa ao uso do conceito de intersubjectividade mãe-bebé no contexto das psicoterapias mãe-bebé.

Introdução

Na continuidade das teorias freudianas acerca da importância das relações familiares vividas na infância para a explicação das psicopatologias neuróticas, a investigação sobre as relações precoces, sobretudo na díade mãe-bebé, assumiu um lugar de primordial importância na psicologia clínica. Autores fundamentais como Melanie Klein, Donald Winnicott e, mais recentemente, Daniel Stern, contribuíram para uma visão cada vez mais próxima e mais subjectiva daquilo que imaginamos ser a experiência do ser humano que abandona a protecção fisiológica do útero materno e se aventura na conquista do mundo real exterior.

A construção da visão psicanalítica sobre o bebé em início de vida e em início relacional foi particularmente difícil e recheada de obstáculos. Entre estes obstáculos, é bom ter presente a dificuldade em observar interacções mãe-bebé num tempo em que não havia câmaras de vídeo, ainda não tinham sido postas à prova técnicas temporais de registo de comportamentos, ou quando os estudos da imagiologia cerebral não passavam de uma esperança. Neste sentido, a publicação da primeira edição da *Neonatal Behavioral Assessment Scale* (NBAS) de Brazelton (1973) marca uma viragem na possibilidade de sistematizarmos os nossos conhecimentos sobre a vida dos bebés e das suas cuidadoras primordiais com base em dados empíricos. Basta referir a influência de esta publicação no trabalho de Tiffany Field (1978) com bebés pré-termo, para se perceber a dimensão da vaga de investigação que resultou do interesse psicanalítico pela importância cada vez maior das influências geradas pelas experiências relacionais ocorridas nos momentos mais iniciais da vida diádica da espécie humana.

Uma nova visão acerca de um novo bebé

Por arrastamento, o interesse de investigação induzido pelo movimento psicanalítico conduziu o mundo científico para uma nova visão relativamente ao bebé humano. Actualmente, o bebé recém-nascido é visto como um bebé com iniciativa, com competência, com capacidade para influenciar aqueles que vivem em torno de si e, surpreendentemente, com capacidades para enviar comunicação, para receber comunicação e para, neste vaivém informacional com a mãe, processar informação.

Aqui chegados, temos de nos questionar sobre as origens de todas estas capacidades que empurram o bebé para a comunicação com a mãe e para uma progressão tão decidida no sentido da interacção que ajuda a construir um estilo relacional o qual, espera-se, virá a ter consequências pela vida fora. Uma explicação inicial atribuía um papel nuclear à actividade materna. A mãe, sempre disponível e, particularmente, sempre sensível, iria intuir as necessidades do bebé e iria satisfazer essas necessidades. O bebé que receberia esse contributo materno adaptado às suas necessidades seria um bebé que se iria desenvolver integrando essa experiência. Dessa integração, iria nascer um funcionamento psicológico que não existia antes do nascimento nem antes das primeiras interacções. Após o nascimento, satisfazendo as necessidades básicas do bebé (alimentação, temperatura, toque, movimento, etc.), a mãe colocaria em movimento a possibilidade de o bebé vir a ter funcionamento psicológico.

Acontece que, no fim dos anos cinquenta do século passado, o atendimento psicanalítico de mulheres grávidas deu a entender que, do lado materno, algo se alterava do ponto de vista psicológico durante a evolução gestacional (Bibring *et al.*, 1959; 1961a; 1961b). Hoje em dia, defendemos que essas alterações do funcionamento materno são consequência do desenvolvimento embrionário, depois fetal e, finalmente, do desenvolvimento do bebé que ainda não nasceu; no último trimestre de gestação, o cérebro do futuro bebé já está muito próximo do cérebro pós-natal e isso permite uma riqueza enorme de comportamento e não só.

As referidas alterações psicológicas vividas pelas grávidas vieram abrir uma janela sobre os conteúdos relacionais críticos para a construção da vida psíquica humana. Esses conteúdos começam por dar relevo às relações vividas na infância da grávida. Depois, as grávidas passam a concentrar a sua imaginação relacional no companheiro ou pai do futuro bebé. Finalmente, como acentuou o casal Colman (Colman & Colman, 1971; 1991), o objecto da imaginação relacional da grávida é o futuro bebé. Enfim, o resultado daquilo que Serge Lebovici (1988; 1995) designou como “bebé imaginado”.

A vulgarização da ecografia obstétrica a partir dos meados da década de setenta veio completar a nossa visão sobre os acontecimentos psicológicos pré-natais. Além da grande quantidade de informação biomédica que proporciona, a ultrassonografia permite sistematizar e datar a observação do comportamento fetal ao longo de toda a gestação (Einspieler, Prayer & Prechtel, 2012). Daqui resulta uma sequenciação que organiza a nossa percepção sobre várias coisas. Primeiro, sobre a complexificação do comportamento em causa. Depois, sobre como esse comportamento vai oferecendo informação à gestante. Finalmente, porque a gestante capta inconscientemente e conscientemente alguma dessa informação e, além disso, reage a essa informação, já podemos ter alguma noção sobre as primeiras relações mãe-bebé. Como se pode depreender, estamos a defender que esse relacionamento inicial entre mãe e bebé é pré-natal.

Tal como afirmado pelo casal Colman (1971), quando a grávida começa a perceber os movimentos do bebé in-útero, inicia também as suas mensagens dirigidas

ao bebé (carícias, voz, movimento, etc.). Este é, provavelmente, o início visível da comunicação mãe-bebé. Isto ocorre, na opinião das grávidas, quanto estamos no quarto mês da gravidez. Também, provavelmente, é este início relacional que empurra a grávida da elaboração da relação com os seus cuidadores na infância para a elaboração da relação com o companheiro. Mais tarde, algures no sétimo mês de gestação, os movimentos fetais evoluem da imprevisibilidade para a previsibilidade. Mais uma vez, provavelmente, é esta evolução que empurra a grávida para a fantasia do bebé imaginado. Em resumo, temos várias razões para pensar que o futuro bebé exerce, desde muito cedo, um papel activo sobre a sua própria mãe; complementar ao papel que a mãe exerce sobre o referido bebé que ainda não nasceu.

Para compreendermos como acontecem esses papéis activos, gostaria de referir apenas alguns exemplos mais fáceis de observar. Começamos pelo papel sonoro que as mães exercem sobre a audição do bebé (Carvalho, Justo, Gratier & Silva, 2019). É sabido que o aparelho auditivo fetal já está funcional no terceiro trimestre da gravidez (Chelli & Chanou, 2008). Experiências confrontando a voz materna com outras vozes e com outros sons não linguísticos sugerem que o bebé pré-natal consegue distinguir várias qualidades sonoras: a voz da mãe vs. uma voz feminina estranha; a história lida pela mãe durante a gravidez vs. a história não lida na gravidez; a língua materna vs. uma língua não materna; uma mensagem linguística vs. uma mensagem não linguística, etc. Algumas destas discriminações são avaliadas depois do nascimento enquanto outras podem ser observadas antes do nascimento. O mais interessante é que os estudos da imagiologia cerebral fetal durante a estimulação verbal materna colocam em evidência uma organização neurológica muito precoce. No estudo de Jardri e colaboradores (2012) constatou-se que o feto entre 33 e 34 semanas já apresenta uma especialização cerebral face à estimulação verbal oferecida pela mãe. Verificou-se, também, que essa especialização cerebral é diferente daquela que é observada quando a estimulação verbal é operada por uma mulher desconhecida pelo bebé.

Esta manifestação de competência auditiva não deixa muitas dúvidas sobre a nova visão que devemos oferecer ao bebé que ainda não nasceu. É que, nesta

fase pré-natal, o nosso futuro bebé já tem uma representação da sua mãe; trata-se de uma representação auditiva. Daqui podemos questionar se o nosso bebé que ainda não nasceu já possui outras representações da figura materna? De acordo com a meta-análise de Ustun, Covey e Reissland (2023), existem dados publicados suficientes para se concluir pela existência de uma continuidade químio-sensorial entre a vida fetal e o primeiro ano de vida pós-natal; em resumo, passamos a defender que o bebé nasce com uma representação olfativa da sua mãe. Embora mais difícil de comprovar, é igualmente possível que o bebé pré-natal também possua representações maternas baseadas em outras fontes de informação que a mãe lhe faz chegar. Informação relativa à forma como a mãe acaricia o ventre quando o bebé incrementa a sua atividade psicomotora ou informação relativa à forma como a mãe se movimenta em várias circunstâncias do seu quotidiano, também, devem promover registo de informação pré-natal. Infelizmente, ainda não possuímos conhecimentos que nos permitam mostrar discriminação fetal entre esses registos e outras características típicas de outras mães.

Uma questão diferente diz respeito à possibilidade de ocorrerem interações mãe-bebé antes do nascimento. A este propósito, vejamos o exemplo de Marx e Nagy (2015). Como reage o bebé quando, após um período de silêncio, a grávida inicia um período de vocalização? Se, nesse período de silêncio, o bebé está acordado e estável, provavelmente, está a bocejar. Ao captar a mensagem vocal da mãe, o bocejo é interrompido, o bebé cruza os braços e a cabeça é projectada para a frente. Quer dizer, o bebé organiza uma postura de atenção. Assim, várias investigações mostraram que quando a mensagem da mãe termina, o bebé desencadeia uma reacção de agitação que facilmente interpretamos: “Então, não falas mais? Já acabou?” É claro que muitas das mensagens do bebé pré-natal não podem ser captadas pela mãe. No entanto, há um conjunto de situações particularmente importantes para esta discussão. Todas as grávidas sabem que, no fim da gravidez, os seus bebés vão produzir crises de agitação motora em horários mais ou menos previsíveis. E, também, todas as grávidas sabem que conseguem acalmar os seus bebés utilizando os seus dotes tácteis e mecânicos para restaurar a acalmia fetal. Esse conhecimento materno, intuitivo e prático diz respeito à realidade das interações mãe-bebé.

Uma questão mais sofisticada debruça-se sobre a vida emocional do bebé pré-natal; antes de nascer, o nosso bebé já tem emoções? E essas emoções jogam-se no plano da interacção mãe-bebé? Embora até há pouco tempo estas perguntas fossem encaradas com desconfiança, hoje em dia, podemos reflectir acerca de uma resposta recente. Segundo Ustun e colaboradores (2022), as expressões captadas nas faces dos fetos elucidam claramente as vivências emocionais que os fetos experimentam em função dos alimentos que as grávidas ingerem. Por exemplo, se as gestantes ingerem uma cápsula com sabor a couves a probabilidade de os fetos apresentarem uma expressão facial do tipo “choro” aumenta. Pelo contrário, se a cápsula ingerida inclui sabor a cenouras, aumenta a probabilidade de os fetos apresentarem uma expressão facial do tipo “riso”. Pode argumentar-se que este tipo de investigação utiliza pouca variedade emocional. Apesar disso, os dados são suficientemente explícitos para se poderem extrair conclusões. Algumas emoções parecem estar organizadas antes do nascimento. Além disso, essas emoções não ocorrem ao acaso na vida fetal. Pelo contrário, parecem ocorrer em função de mensagens enviadas pelo ambiente materno em que o feto se encontra.

Em função dos conhecimentos que possuímos actualmente acerca da relação pré-natal mãe-bebé, é forçoso concluir que, aquando do seu nascimento, o bebé humano é alguém com competências definidas no contexto da comunicação. Essas competências são importantes para alicerçar muitas funções. Hoje, estamos particularmente preocupados com a função que permite ao recém-nascido captar informação sobre a experiência vivida pelo seu interlocutor e, simultaneamente, enviar ao interlocutor informação que permita captar informação sobre a experiência vivida pelo bebé. Se este processo for bem-sucedido, pode acontecer que, neste sistema “diádico”, os dois participantes consigam relacionar-se adequadamente porque comunicam em função daquilo que experimentam da vivência do outro.

A intersubjectividade na relação mãe-bebé

Esta competência do sistema mãe-bebé é habitualmente designada por “intersubjectividade”. É um conceito muito próximo do conceito de “empatia” que, na obra de Freud, foi designada por “*emfühlung*” (Pigman, 1995). A correspondência

entre empatia e intersubjectividade foi sublinhada na obra de Edith Stein, orientada de Husserl (Pigman, 1995). No entanto, o termo empatia generalizou-se de tal forma entre os profissionais da psicoterapia e o termo intersubjectividade disseminou-se tão amplamente entre os estudiosos da relação mãe-bebé que, parece adequado separar estes dois territórios.

A discussão acerca da construção da intersubjectividade na relação mãe-bebé beneficiou amplamente do desenvolvimento das técnicas de observação das interações entre os dois protagonistas de esta relação. Neste sentido, convém termos presente aquilo que cada um deles traz para a interacção com valor comunicacional. Quando o bebé nasce, o número e a variedade de mensagens é difícil de enunciar. Após um evento tão especial e tão intenso como pode ser um trabalho de parto, se a mãe puder olhar o seu bebé vai captar, por exemplo, o perfil craniano do recém-nascido. Trata-se de uma mensagem visual particularmente forte capaz de despertar a aptidão cuidadora da figura materna. Outra mensagem importante é o choro do bebé, quando o oxigénio penetra nas suas vias respiratórias. Complexificando um pouco mais, temos os ritmos que o bebé impõe à interacção (sono, alimentação, fisiologia, etc.), além das respostas que o bebé oferece às mensagens maternas (a mãe pega no bebé ao colo e este adapta-se, etc.). No outro polo da interacção, temos as mensagens que a mãe envia ao bebé: manipular o bebé, acariciar o bebé, exalar “perfumes” maternos para o bebé e, muito em especial, o “mamanhês” (falar à bebé).

Este duplo conjunto de mensagens partilhadas requer uma sensibilidade especial à comunicação. Da parte da mãe, contamos, não só, com o contributo de uma “pessoa/organismo” adulta, mas, também, com o contributo das experiências da gestação. Entre estas, não convém esquecer as complexas modificações endócrinas onde as alterações da secreção da hormona prolactina sensibilizam particularmente a figura materna para a comunicação com o recém-nascido. Da parte do bebé, contamos com as aprendizagens que, sobretudo no trimestre final da gestação, foram viabilizadas por um cérebro já muito próximo do cérebro que vamos observar após o nascimento. Essas aprendizagens, pensamos, tornam o recém-nascido profundamente sensível às mensagens da comunicação materna.

A investigação que fundamentou a visão contemporânea sobre a intersubjectividade na díade mãe-bebé foi notavelmente articulada por Colwyn Trevarthen. Na proposta deste autor, é possível distinguir entre “intersubjectividade inata”, “intersubjectividade primária” e “intersubjectividade secundária” (Trevarthen & Aitken, 2001). Ao definir intersubjectividade inata, Trevarthen reconhece que o bebé humano nasce com uma sensibilidade especificamente receptiva aos estados subjectivos das outras pessoas. É com base nesta competência inata que, aos dois meses de idade do bebé, já está a ser organizado um outro nível de intersubjectividade. Este nível primário da intersubjectividade permite que os bebés e as suas mães regulem mutuamente os seus interesses e sentimentos em contextos de comunicação particularmente complexos. Finalmente, por volta dos nove meses de idade do bebé, surgem evidências de que está em jogo um outro tipo de intersubjectividade; designada como secundária, esta caracteriza-se por relações (comunicações) do tipo “pessoa-pessoa-objecto”.

Existem mesmo investigações que visam identificar os sinais de um nível mais tardio da intersubjectividade; a intersubjectividade terciária (Burriel & Brugué, 2014). Proposto por Braten e Trevarthen (2007), este nível mais sofisticado de intersubjectividade é suposto ocorrer entre os três e os seis anos de idade e é já fortemente influenciado pelas narrativas produzidas pela linguagem verbal articulada.

A proposta de Trevarthen acerca do desenvolvimento da intersubjectividade na relação mãe-bebé é especialmente importante para compreendermos como as relações precoces contribuem para o desenvolvimento dos humanos ao longo do ciclo de vida. Em primeiro lugar, Trevarthen sublinha o papel fundamental da qualidade das primeiras relações. Em segundo lugar, o autor mostra-nos que a comunicação é o ingrediente crítico com que se constroem essas relações iniciais. Mais do que isso, é oferecido um relevo particular relativamente à competência do bebé para contactar com a experiência subjectiva do cuidador. Por causa disso, é pressuposta a capacidade de o bebé influenciar aquele que presta cuidados. E, por consequência, esta proposta ajuda a tornar mais consistente a visão de que o nosso bebé é já um parceiro activo na comunicação, por mais curta que seja a sua presença no mundo pós-natal.

A percepção materna acerca da participação do bebé na intersubjectividade

No contexto das relações precoces, a intersubjectividade é, habitualmente, estudada do ponto de vista dos comportamentos que viabilizam a comunicação entre mãe e bebé. No entanto, existem outros domínios em que é necessário conhecer o *modus operandi* da intersubjectividade ou, pelo menos, daquilo que lhe está subjacente e que, portanto, pode influenciar o seu percurso. Um destes domínios é a percepção da mãe que interage com o bebé. Ao captar as mensagens do bebé e ao responder a essas mensagens, a figura materna produz um trabalho permanente de observação, questionamento e adaptação ao fenómeno que está em jogo. Um dos aspectos mais interessantes dessa adaptação é a construção de hipóteses acerca das vivências do bebé e a testagem dessas hipóteses através do impacto que as mensagens maternas geram no comportamento do bebé.

Esta actividade materna constante não tem nada de estranho. Sabemos que a espécie humana é dotada de uma motivação específica para a compreensão do universo que habitamos. Nesse sentido, a compreensão materna acerca da capacidade de o bebé compreender as suas e as vivências dos outros é apenas a faceta mais admirável dessa motivação.

Neste contexto, é preciso ter em conta que a tal actividade materna permanente pode ser influenciada por circunstâncias subjectivas. Entre estes aspectos mais subjectivos, precisamos de ter em conta que cada mãe já foi, no seu passado individual, sujeito e objecto protagonista de um outro contexto intersubjectivo; aquele em que a mãe actual foi cuidada por uma outra mãe. Tal como é geralmente admitido pelos psicoterapeutas de mulheres adultas, a qualidade da intersubjectividade vivida na infância materna vai influenciar a qualidade da intersubjectividade que está a ser organizada no presente.

A influência que estamos a propor é, provavelmente, multifacetada. Aspectos como a disponibilidade materna para a relação com o bebé, a criatividade na resposta às mensagens do bebé ou a resiliência face aos momentos mais críticos do desenvolvimento humano (aquilo que Brazelton designou de *touchpoints*; *Brazelton Touchpoints Center*, 2005) vão determinar um percurso mais saudável

ou menos saudável, cada vez que se constrói um espaço intersubjectivo entre o bebé e a sua cuidadora primordial.

A avaliação da percepção materna acerca da intersubjectividade do bebé

Tendo em mente a importância da percepção materna no domínio que estamos a abordar, foram desenvolvidas algumas tentativas para avaliar a forma como a mãe constrói a sua representação relativamente à participação do bebé na construção da intersubjectividade que os liga (Sousa, 2016; Carrulo, Justo & Figueiredo, 2022).

Para este efeito, foi realizado um vídeo de 15 minutos com interações entre uma mãe e o seu bebé de três meses em contexto de banho, alimentação e jogo livre. Este vídeo foi apresentado a nove mães em *focus-group* e as outras nove mães em entrevistas semi-estruturadas e individualizadas. Depois da observação do vídeo, os conteúdos produzidos pelas mães foram apreciados pelos dois autores de este artigo, gerando categorias sobre a competência materna para decodificar as mensagens do bebé: choro do bebé, sorriso e riso do bebé, olhar e expressões faciais do bebé, o bebé a levar objectos à boca, atirar objectos, desvio da cara do bebé relativamente à mãe, grunhidos do bebé, evitamento do bebé relativamente ao olhar da mãe, o bebé a acompanhar objectos deslocados pela mão da mãe, o bebé a observar o jogo da mãe e as reacções do bebé face à voz da mãe. Quanto às possíveis crenças das mães subjacentes aos seus comentários, foram também organizadas categorias: as tentativas do bebé para falar, a cooperação da mãe com o bebé, os pedidos de ajuda feitos pelo bebé, o prazer do bebé, o relaxamento do bebé, as expressões do bebé acerca das suas necessidades, a agressividade do bebé, o interesse do bebé em iniciar uma interação, o bebé a convidar a mãe para iniciar uma interação ou para brincar com ele, o bebé a comunicar o seu sofrimento, desconforto, felicidade ou tristeza, o bebé a ser distraído por estímulos estranhos ao relacionamento com a mãe e, finalmente, a motivação do bebé para explorar o ambiente.

As categorias já referidas permitiram gerar 76 itens em formato de afirmações relativas às percepções maternas sobre a participação do bebé no fenómeno da

intersubjectividade mãe-bebé. As respostas a estes itens foram organizadas em escalas de tipo Likert, variando desde “discordo completamente” até “concordo completamente”. Uma amostra de 62 mães com bebés entre três e seis meses de idade respondeu a este conjunto de itens. As respostas obtidas foram submetidas a várias análises factoriais de componentes principais. Após estas análises, foi possível identificar quatro factores: F1 – o bebé utilizando estados emocionais e movimentos corporais para comunicar com a mãe; F2 – a capacidade do bebé para partilhar estados emocionais; F3 – o bebé comunicando prazer; e F4 – o bebé comunicando perturbação. Estes factores corresponderam a 22 itens. Tendo em conta que o último factor apenas apresentava três itens, foram gerados mais três itens relacionados com o quarto factor, criando assim uma versão com 25 itens.

A nova versão composta por 25 itens foi aplicada a uma nova amostra de mães com bebés entre dois e nove meses de idade. Os resultados de esta nova aplicação foram submetidos a novas análises factoriais. Num momento final, após uma extracção forçada a três factores com rotação Varimax, foi possível concluir que a melhor solução para este instrumento abrange 22 itens e inclui três factores: F1 – competência interactiva do bebé; F2 – estados emocionais do bebé; e F3 – iniciativa do bebé. Este instrumento passou a ser designado por Inventário da Percepção Materna da Intersubjectividade do Bebé na Relação Precoce (IPMIBRP).

O IPMIBRP foi, também, aplicado em conjunto com outros instrumentos (Sousa, 2016). O objectivo dessas aplicações conjuntas prendia-se com a necessidade de avaliar a relevância do conceito de percepção materna relativa à capacidade do bebé participar na construção da intersubjectividade. Para isso, foi hipotetizado que a percepção materna poderia oferecer contributos significativos para explicar a variância estatística de variáveis como: os estados emocionais maternos, a vinculação materna pós-natal, a interação mãe-bebé, o investimento parental na criança e a percepção de apoio social. A testagem destas hipóteses foi operacionalizada recorrendo a instrumentos como: as Escalas de Ansiedade, Depressão e Stress (Lovibond & Lovibond, 1995; Pais-Ribeiro, Honrado & Leal, 2004); Escala de Vinculação Materna Pós-Natal (Condon & Corkindale,

1998; Sousa, 2016); Escalas de avaliação da interacção mãe-bebé (Field, 1980; Figueiredo, & Dias, 2013); Escala de Investimento Parental na Criança (Bradley *et al.*, 1997; Gameiro *et al.*, 2008); Escala de Satisfação com o Suporte Social (Pais-Ribeiro, 1999).

Os resultados destas aplicações foram avaliados com recurso a análises de regressão linear, hierárquica e múltipla. Nestas análises, as variáveis independentes eram constituídas pelos vários factores do IPMIBRP, enquanto as variáveis dependentes eram constituídas pelas subescalas dos instrumentos nomeados no parágrafo anterior. Quanto às variáveis predictoras que pretendiam controlar aspectos sociodemográficos e clínicos das mães, tínhamos as seguintes: a) idade, escolaridade, estatuto conjugal, estatuto laboral, número de gravidezes, número de interrupções espontâneas de gravidez, número de interrupções voluntárias de gravidez, número de semanas de gestação no momento do parto. Estas variáveis maternas foram completadas com algumas variáveis relativas ao bebé: peso à nascença, comprimento à nascença e idade cronológica do bebé no momento em que a mãe foi entrevistada.

Relativamente à explicação da variância dos estados emocionais maternos, observou-se que o factor 1 do IPMIBRP (competência interactiva do bebé) contribuía significativamente para a explicação da variável depressão. No domínio da vinculação materna pós-natal, o primeiro factor do IPMIBRP contribuía significativamente para a explicação de duas subescalas: prazer e qualidade. No contexto do investimento parental na criança, o contributo significativo do mesmo factor do IPMIBRP verificou-se na explicação de três subescalas: aceitação do papel parental, prazer e conhecimento/sensibilidade. Quanto à percepção de suporte social, nenhum dos factores do IPMIBRP foi capaz de contribuir para a explicação da variância das subescalas relativas à forma como as mães se sentem apoiadas. Finalmente, no domínio da interacção mãe-bebé, o terceiro factor do IPMIBRP (iniciativa do bebé) mostrou contribuir significativamente para a explicação de duas subescalas do instrumento contruído por Tiffany Field: a subescala relativa ao comportamento do bebé na situação face-a-face com a mãe e a subescala do comportamento da mãe na situação face-a-face com o bebé.

A intersubjectividade mãe-bebé tem futuro?

A ideia de que mãe e bebé constroem um espaço intersubjectivo desde muito cedo não é recente. A ideia de que este espaço intersubjectivo pode ser avaliado e relacionado com outros aspectos dos seus protagonistas já tem alicerces empíricos estabelecidos. Resta-nos perguntar se, podemos fazer algo para alterar este espaço quando o seu desenvolvimento, por alguma razão, deixa de corresponder às necessidades de saúde quer da mãe quer do bebé?

A possibilidade de intervir na relação mãe-bebé, ajudando a díade a afastar-se de um processo patologizante e promovendo um processo interactivo mais saudável, está consubstanciada em muitas das abordagens terapêuticas que habitualmente designamos por psicoterapias mãe-bebé. É nesse vasto universo que defendemos a utilidade da investigação sobre a intersubjectividade mãe-bebé.

Tal como se pôde apreciar acerca das associações entre os dados empíricos de vários aspectos das variáveis maternas, o factor da percepção materna da intersubjectividade que mais se evidenciou foi aquele que se relaciona com as competências interactivas do bebé. Mas, na verdade, hoje em dia todas as mães sabem que os bebés interagem com os seus cuidadores. Neste contexto, o aspecto mais subtil talvez seja aquele que foi revelado na investigação em que a intersubjectividade foi relacionada com a observação directa da interacção mãe-bebé. Nesse cruzamento, o factor da intersubjectividade que ajuda a explicar o comportamento quer da mãe quer do bebé na situação face-a-face é o terceiro factor. Este último factor do IPMIBRP diz respeito à percepção materna da iniciativa do bebé.

A ideia de que os bebés têm iniciativa é considerada como “estranha”, quer por mães quer por profissionais de saúde ou de educação, sobretudo, quando falamos de bebés com pouco tempo de vida extra-uterina. Esta estranheza não é surpreendente. Afinal de contas, resulta de uma visão sociocultural muito abrangente e duradoura. Talvez seja útil aos psicoterapeutas das díades mãe-bebé estarem particularmente atentos aos momentos em que a protagonista cuidadora aflora esse conteúdo inesperado; que um bebé, por mais curta e recente que seja a sua experiência de vida pós-nascimento, é um bebé capaz

de iniciativa na comunicação, na interacção, enfim, na definição das suas circunstâncias de vida.

Recordo, a propósito da importância da iniciativa nos primeiros instantes de vida pós-natal, a proposta que era transmitida aos alunos do curso de psicologia quando, no princípio dos anos oitenta do século passado, a Faculdade de Psicologia estava a nascer. Nas suas aulas, a Professora Maria Rita Mendes Leal explicava que o recém-nascido humano nasce equipado com uma competência. A competência da iniciativa da busca pela resposta contingente. Nos dias de hoje, o papel da contingência nas relações mãe-bebé é uma questão-chave não só para a organização da relação, mas, também, para a organização do funcionamento psíquico do bebé. O que a visão actual nos diz é que, provavelmente, sem a iniciativa do bebé, a contingência não conseguiria executar o seu papel.

Referências

Bibring, G. (1959). Some considerations of the psychological processes in pregnancy. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 14, 113-121. DOI: 10.1080/00797308.1959.11822824.

Bibring, G., Dwyer, T., Huntington, D., & Valenstein, A. (1961a). A study of the psychological processes in pregnancy and of the earliest mother-child relationship - I. Some propositions and comments. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 16, 9-24.

Bibring, G., Dwyer, T., Huntington, D., & Valenstein, A. (1961b). A study of the psychological processes in pregnancy and of the earliest mother-child relationship - II. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 16, 25-72.

Braten, S., & Trevarthen, C. (2007). Prologue: From infant intersubjectivity and participant movements to simulation and conversation in cultural common sense. In S. Braten (Ed.) *On being moved: From mirror neurons to empathy* (pp. 21-34). John Benjamins Publishing Company.

Brazelton, T. B. (1973). Neonatal behavioral Assessment Scale, 1st Edition. London: Spastics International Medical Publications.

Brazelton Touchpoints Center (2005). *Touchpoints in early care and education reference guide and participant training materials*. Boston: Brazelton Touchpoints Center.

Bradley, R. H., Whiteside-Mansell, L., Brisby, J. A., & Caldwell, B. M. (1997). Parents' socioemotional investment in children. *Journal of Marriage and the Family*, 59(1), 77-90. <https://doi.org/10.2307/353663>

Burriel, M. P., & Brugué, M. S. (2014). Developmental trajectory of intersubjectivity in the second and third year of life: Study of fixed-population and random-individual effects. *European Journal of Developmental Psychology*, 11(5), 574–591. <http://dx.doi.org/10.1080/17405629.2014.888996>

Carrulo, J., Justo, J. & Figueiredo, B.(2022). Maternal perception of infant's intersubjectivity: a questionnaire. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 15, 1-11. DOI:10.1080/02646838.2022.2088709

Carvalho, M., Justo, J., Gratier, M., & Silva, H. (2019). The impact of maternal voice on the fetus: A systematic review. *Current Women's Health Reviews*, 15, 196-206. DOI: 10.2174/1573404814666181026094419

Chelli, D., & Chanou, B. (2008). Audition fœtale. Mythe ou réalité? *Journal de Gynecologie Obstétrique et Biologie de la Reproduction*, 37, 554–558. doi:10.1016/j.jgyn.2008.06.007

Colman, A., & Colman, L. (1971). *Pregnancy: The psychological experience.*: Herder & Herder, Inc.

Colman, L., & Colman, A. (1991). *Pregnancy: The psychological experience* (revised and expanded). The Noonday Press.

Condon, J. T., & Corkindale, C. (1998). The assessment of parent-to-infant attachment: development of a self-report questionnaire instrument. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 16(1), 57–77. DOI:10.1080/02646839808404558

Einspieler, C., Prayer, D., & Prechtel, H. (2012). *Fetal behavior: A neurodevelopmental approach*. Mac Keith Press.

Field, T. (1978). Mothers' assessments of term and pre-term infants with respiratory distress syndrome: Reliability and predictive validity. *Child Psychiatry and Human Development*, 9(2), 75-85. DOI: 10.1007/BF01448351

(1980). Interaction of preterm and term infants with their lower- and middle-class teenage and adult mothers. In T. M. Field, S. Goldberg, D. Stern, & A. M. Sostek (Eds.), *High-risk infants and children: Adult and peer interactions* (pp.113-132). Academic Press.

Figueiredo, B., & Dias, C. (2013). Escalas de avaliação da interação mãe-bebé: Versão portuguesa das *Interaction Rating Scales*. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14(3), 502-514.

Gameiro, S., Martinho, B., Canavarro, M. C., & Moura-Ramos, M. (2008). Estudos psicométricos da Escala de Investimento Parental na Criança. *Psychologica*, 48, 77-99.

Jardri, R., Houfflin-Debargue, V., Delion, P., Pruvo, J.-P., Thomas, P., & Pins, D. (2012). Assessing fetal response to maternal speech using a noninvasive functional brain imaging technique. *International Journal of Developmental Neuroscience*, 30, 159-161. DOI: 10.1016/j.ijdevneu.2011.11.002

Lebovici, S. (1988). Fantasmatic interaction and intergenerational transmission. *Infant Mental Health Journal*, 9(1), 10-19.

Lebovici, S. (1995). Les interactions fantasmatiques. *Journal de Pédiatrie et de Puériculture*, 2, 94-98.

Lovibond, P., & Lovibond, S. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the depression anxiety stress scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33(3), 335-343. doi: 10.1016/0005-7967(94)00075-u.

Marx, V., & Nagy, E. (2015). Fetal Behavioural Responses to Maternal Voice and Touch. *PLOS ONE*, 10 (6), 0129118. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0129118>

Pais-Ribeiro, J. L. (1999). Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS). *Análise Psicológica*, 3 (XVII), 547-558. <https://doi.org/10.1037/t65130-000>

Pais-Ribeiro, J. L., Honrado, A., & Leal, I. (2004). Contribuição para o estudo da adaptação portuguesa das Escalas de Ansiedade, Depressão e Stress (EADS) de 21 itens de Lovibond e Lovibond. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5(1), 229-239.

Pigman, G. W. (1995). Freud and the history of empathy. *International Journal of Psychoanalysis*, 76, 237-256. PLoS ONE, 1-15. DOI: 10.1371/journal.pone.0129118

Sousa, J. A. C. (2016). *A Primeira Dança: O Papel da Intersubjectividade na Interação Mãe-Bebé*. [Unpublished doctoral dissertation] Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

Trevarthen, C., & Aitken, K. (2001). Infant Intersubjectivity: Research, Theory, and Clinical Applications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 42(1), 3-48. DOI:10.1017/S0021963001006552

Ustun, B., Reissland, N., Covey, J., Schaal, B., & Blissett, J. (2022). Flavor Sensing in Utero and Emerging Discriminative Behaviors in the Human Fetus. *Psychological Science*, 33(10), 1651-1663. <https://doi.org/10.1177/09567976221105460>

Ustun, B., Covey, J., & Reissland, N. (2023). Chemosensory continuity from prenatal to postnatal life in humans: A systematic review and meta-analysis. *PLoS ONE*, 18(3), p e0283314. 14. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0283314>